



# CONSTITUTION

AFRICAN PARALYMPIC COMMITTEE

PORtUGUESE

ENGLISH

FRENCH

Update GA 2017 in Luanda 14 April 2017





# CONSTITUTION

## AFRICAN PARALYMPIC COMMITTEE

- PORTUGUESE Comité Paralímpico Africano
- ENGLISH African Paralympic Committee
- FRENCH Comité Paralympique Africain

Update GA 2017 in Luanda 14 April 2017

Leonel da Rocha Pinto

President

# **CONSTITUTION**

## **COMITÉ PARALÍMPICO AFRICANO**

# REÂMBULO

O Comité Paralímpico Africano é a entidade que tem como finalidade a unificação e harmonização de todas as entidades desportivas que visem o apoio, desenvolvimento e promoção de eventos desportivos para atletas portadores de deficiência no continente africano.

Tendo em conta a conjuntura internacional, e em particular a realidade vivida no continente africano, exige-se cada vez mais a unificação dos esforços para o apoio, desenvolvimento e reconhecimento desportivo e social da pessoa do atleta portador de deficiência não só no continente africano, mas também na comunidade desportiva internacional.

Assim, existindo a necessidade de harmonização de esforços por parte de todos os países do continente africano é criado o Comité Paraolímpico Africano.

# ESTATUTOS

## CAPÍTULO I

### Denominação, Estrutura e Objectivos

#### Artigo 1º :

##### Denominação e Natureza

1. A presente entidade desportiva adopta a denominação de COMITÉ PARALÍMPICO AFRICANO (daqui em diante designado por "CPA").
2. O CPA é uma pessoa colectiva, de direito privado, de natureza associativa e dotada de personalidade jurídica, sem fins lucrativos e de carácter social e desportivo.
3. Sem prejuízo do disposto supra, o CPA é uma entidade não governamental, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial.
4. As línguas oficiais do CPA serão as seguintes:
  - a. Português;
  - b. Inglês; e
  - c. Francês.

#### Artigo 2º :

##### Sede

O CPA tem a sua sede na República de Angola, em Luanda, na República de Angola, Luanda na Rua Cirilo da Conceição

Silva, n.º 13/15, podendo ser alterada, mediante simples deliberação do Conselho Executivo, sem necessidade de alteração do presente estatuto.

#### Artigo 3º :

##### Regime

O CPA rege-se pelos presentes estatutos, pelos regulamentos e disposições dos organismos internacionais, designadamente, o Comité Paralímpico Internacional, e outras pessoas colectivas na área desportiva nas quais esteja filiada.

#### Artigo 4º :

##### Princípios Fundamentais

4. O CPA é a entidade desportiva que tutela e promove o desporto para ab pessoa portadora de deficiência no continente africano em conjunto com as restantes entidades desportivas nacionais e/ou internacionais que prossigam os mesmos fins e objectivos.
5. O CPA é independente de partidos políticos, de instituições de natureza religiosa e do estado.

## Artigo 5º :

### Fins e Competência

Para efeitos da coordenação, promoção e desenvolvimento do desporto para a pessoa portadora de deficiência, o CPA propõe-se a:

- a. Assegurar e promover activamente a participação dos membros do CPA, designadamente, intercedendo e auxiliando os seus respectivos comités paraolímpicos nacionais.
- b. Praticar todos os actos necessários e/ou convenientes para a o desenvolvimento e implementação de um calendário anual regular de eventos desportivos para atletas portadores de deficiência.
- c. Assegurar e implementar uma rede consistente de relações entre as entidades desportivas responsáveis pelo desenvolvimento e promoção do desporto para pessoas portadoras de deficiências no território do continente africano.
- d. Assegurar a integração dos atletas portadores de deficiência no universo desportivo de alto rendimento
- e. Assegurar a criação e/ou melhoramentos de infra-estruturas para o desenvolvimento e acompanhamento de atletas portadores de deficiência no território do continente africano.
- f. Desenvolver a sua actividade de acordo com os princípios e directivas emanadas pelo Comité Paraolímpico Internacional (“CPI”).
- g. Promover e/ou desenvolver os meios e implementar as metodologias necessárias para a formação de técnicos, médicos e administradores devidamente qualificados para o apoio na área do desporto de alto rendimento para pessoas portadoras de deficiências
- h. Ajudar na criação de novas entidades desportivas visando o desenvolvimento da actividade desportiva para pessoas portadoras de deficiência
- i. Contribuir para a modernização de infraestruturas e métodos utilizados pelos seus membros e bem assim, por todas as instituições e/ou entidades que actuem na área do desporto para pessoas portadoras de deficiência.
- j. Promover, coordenar e colaborar em eventos e/ou actividades desportivas para atletas portadores de deficiência junto de entidades e instituições de educação.
- k. Contribuir para a união e para o reconhecimento social das pessoas portadoras de deficiência em território africano.
- l. Contribuir para a boa e correct aplicação, desenvolvimento e elaboração de legislação e regulamentos para a protecção e reconhecimento social de pessoas portadoras de deficiência.

## **Artigo 6º :**

### **Símbolos**

---

O CPA tem como símbolo o emblema com a composição que for aprovada em sede de deliberação de Assembleia Geral

nos termos e condições estabelecidos nos presentes estatutos.

## **CAPÍTULO II**

### **Dos Associados**

---

## **Artigo 7º :**

### **Classificação**

---

CPA terá dois tipos de membros, nomeadamente:

- a. Membros Efectivos; e
- b. Membros Associados.

## **Artigo 8º :**

### **Membros Efectivos**

---

Todos os países africanos que sejam membros do CPI são membros do CPA aplicando-se para o efeito de adesão ao CPA os termos, condições e critérios de adesão aplicáveis para o CPI.

## **Artigo 9º :**

### **Membros Associados**

---

1. São membros associados que contenham cumulativamente as seguintes características:
  - a. Sejam países do continente africano;

- b. Não consigam cumprir com o critério de adesão estabelecido no artigo 8º supra; e
  - c. Não contenha no seu território nacional nenhuma entidade desportiva reconhecida pelo Governo do seu país.
2. Sem prejuízo do disposto no nº 1 supra, serão considerados membros associados, todos os países que já tenham apresentado proposta de adesão, e que a proposta de adesão tenha sido aprovada pelo Conselho Executivo mas que ainda não tenha sido aprovada em Assembleia Geral.
  3. Aos membros associados não serão conferidos os direitos que são conferidos aos membros efectivos nos termos dos presentes estatutos, sem prejuízo do direito de inscrever os seus atletas nos eventos e/ou actividades desportivas organizados pelo CPA e do cumprimento das obrigações estabelecidas no artigo 10º com as necessárias adaptações.

## **Artigo 10º :**

### **Direitos dos Membros**

---

Os Membros Efectivos ("Membros") terão os seguintes direitos decorrentes da sua adesão ao CPA.

- a. Inscrever os seus atletas em todas as competições organizadas e coordenadas pelo CPA;
- b. Votar em sede de Assembleia Geral do CPA onde se encontrem presentes;
- c. Nomear representantes para o Conselho de Executivo do CPA, bem como, para quaisquer outros órgãos;
- d. Participar em quaisquer actividades organizadas e/ou promovidas pelo CPA;
- e. Propor alterações aos presentes estatutos e aos regulamentos emanados pelo CPA;
- f. Possuir documento comprovativo da sua filiação no CPA;
- g. Examinar qualquer documentação relativa a actividade ou vida social do CPA;
- h. Sempre que se afigure necessário, propor a convocação de uma Assembleia Geral extraordinária.

## **Artigo 11º :**

### **Direitos dos Membros**

---

1. Os Membros Efectivos terão as seguintes obrigações decorrentes da sua adesão ao CPA:
  - a. Respeitar as deliberações e decisões emanadas pelos órgãos sociais do CPA;
  - b. Cumprir e fazer cumprir as decisões, disposições estatutárias e regulamentares do CPA;
  - c. Manter os seus estatutos e regulamentos actualizados, conformato-los com as directivas e regulamentos do CPA e do CPI;
  - d. Dar conhecimento dos seus estatutos e regulamentos, bem como, de quaisquer alterações que sejam realizadas;
  - e. Realizar dentro dos prazos estabelecidos todos os pagamentos dos montantes devidos pela afiliação ao CPA;
  - f. Apresentar ao CPA dentro de um prazo razoável e previamente estabelecido os programas e calendários anuais referentes às actividades e/ou eventos a serem realizados e promovidos.
2. Todos os Membros do CPA serão obrigados ao pagamento de quotas anuais.
3. Para efeitos do nº 2 supra, o pagamento da quota anual será obrigatoriamente efectuado nos primeiros 90 (noventa) dias do ano a que se referem.
4. Sem prejuízo do disposto no nº 2 e nº 3 supra, o montante referente e prazo para pagamento das quotas

anuais será definido e aprovado através de deliberação em sede de Assembleia Geral nos termos e condições estabelecidos nos presentes estatutos.

## **Artigo 12º :**

### **Admissão de Membros**

---

A admissão no CPA requer o seguinte-procedimento:

- a. Elaboração e apresentação de uma proposta, ao Conselho Executivo, que cumpra e vise a prossecução dos objectivos a que o CPA se propõe;
- b. Aprovação da proposta por deliberação do Conselho Executivo; e
- c. Submissão da proposta, aprovada pelo Conselho Executivo, para aprovação em sede de Assembleia Geral.

## **Artigo 13º :**

### **Suspensão de Membros**

---

1. A suspensão de membros do CPA, bem como, o levantamento da mesma, é determinada e decretada em sede de deliberação do Conselho Executivo.
2. Os membros do CPA poderão ser suspensos nos seguintes casos:
  - c. Pelo desrespeito deliberado do disposto nos presentes estatutos e nos regulamentos e directivas emanadas pelo CPA;
  - d. Pelo não pagamento das quotas

anuais nos termos estabelecidos no artigo 11º supra.

3. Os membros que se encontrem suspensos, nos termos estabelecidos no nº 1 e nº 2 supra, não poderão exercer quaisquer dos direitos e tabelados no artigo 10º dos presentes estatutos.
4. Se a suspensão a um membro subsistir à altura da realização de uma Assembleia Geral, o Conselho Executivo terá de obrigatoriamente de submeter os termos e condições da suspensão para apreciação, sendo que, a suspensão poderá ser levantada por deliberação dessa mesma Assembleia Geral.
5. Qualquer suspensão de qualquer membro produzirá os seus efeitos até ao seu levantamento, sendo que, o seu levantamento não terá em nenhum caso efeitos retroactivos.

## **Artigo 14º :**

### **Expulsão**

---

1. A expulsão de um membro será sempre proposta pelo Conselho Executivo e decretada através de deliberação em sede de Assembleia Geral.
2. Sem prejuízo do disposto no nº 1 supra, o Conselho Executivo só poderá propor a expulsão de um membro se este já se encontrar suspenso por um período não inferior a 2 (dois) anos.

## **Artigo 15º :**

### **Órgãos Sociais**

---

# CAPÍTULO III

## Dos Associados

O CPA será constituído pelos seguintes órgãos sociais:

- a. Assembleia Geral;
  - b. Conselho Executivo;
- (Presidente,Vice-Presidentes, Secretário Geral; Tesoureiro; representantes Regionais;Representante de Atletas).

### **Artigo 16º :**

#### **Assembleia Geral**

1. Será obrigatória a realização de uma Assembleia Geral do CPA em cada ano.
2. data e local para realização da Assembleia Geral seguinte serão decididos e anunciados na Assembleia Geral que a precede.
3. Se por qualquer motivo a Assembleia Geral não possa ser realizada no local e data estabelecidos nos termos do nº 2 supra, o Conselho Executivo terá o direito de designar o local e a data para realização da Assembleia Geral.
4. A Assembleia Geral só poderá reunir validamente com a presença de 1/3 (um terço) dos seus Membros Efectivos;
5. A Assembleia Geral delibera e aprova validamente as suas deliberações através de maioria simples de votos

favoráveis dos Membros Efectivos presentes;

6. Sem prejuízo do disposto em 5 supra, será exigida maioria de 2/3 (dois terços) de votos favoráveis dos seus Membros para a aprovação das quinutes deliberações:
  - a. Expulsões de Membros; e
  - b. Alterações aos estatutos do CPA.
7. Sem prejuízo do disposto no nº 1 supra, o Conselho Executivo e os Membros Efectivos do CPA terão o direito de convocar Assembleia Geral extraordinária mediante notificação a todos os membros com um período de antecedência não inferior a [60] dias sempre que ocorram circunstância extraordinárias que o exijam.
8. Para efeitos do nº 5 supra, o direito à convocação de uma Assembleia Extraordinária só poderá ser invocado pela vontade favorável de pelo menos 50 % (cinquenta por cento) dos Membros Efectivos do CPA.
9. Para a deliberação em sede de Assembleia Extraordinária ser válida terão de votar a favor pelo menos 2/3 (dois terços) dos Membros Efectivos do CPA.
10. Cada Membro Efectivo terá direito a um voto em sede de Assembleia Geral.
11. São competências da Assembleia Geral:

- a. Agir como órgão representante e decisório máximo do CPA;
  - b. Delinear e determinar a política e as directrizes fundamentais para a promoção e desenvolvimento das actividades desportivas para atletas portadores de deficiência;
  - c. Discutir e aprovar o relatório a ser apresentado ao Presidente do CPA;
  - d. Discutir e aprovar o relatório a ser apresentado ao Tesoureiro;
  - e. Considerar e aprovar o relatório a apresentar ao Secretário-geral;
  - f. Considerar e aprovar o orçamento do CPA apresentado pelo Tesoureiro;
  - g. Implementar o relatório de auditoria referente às declarações financeiras feitas nos dois anos que antecedem a Assembleia Geral;
  - h. Nomear membros honorários que sejam personalidades que tenham tido grande e continuem a ter grande impacto para efeitos do reconhecimento de atletas portadores de deficiência e que possam cooperar com o CPA na prossecução dos fins a que se propõe;
  - i. Aprovação das propostas para adesão de Membros Efectivos no CPA, bem como, suspêndê-los e expulsá-los;
  - j. Considerar e aprovar quaisquer propostas apresentadas pelos Membros Efectivos.
- k. Aprovar as candidaturas dos membros do CPA para o Conselho Executivo;
  - l. Elaborar um plano bianual no que diz respeito ao planeamento de actividades, eventos e projectos;
  - m. Analisar o calendário de actividades, eventos e projectos apresentados pelo Conselho Executivo;
  - n. Considerar e aprovar a quota anual a ser paga pelos Membros;
  - o. Aprovar e/ou decidir sobre a mudança de sede social do CPA;
  - p. Estipular os termos e procedimentos a adoptar para efeitos dos titulares dos vários cargos no CPA;
  - q. Solucionar lacunas ou problemas supervenientes no que diz respeito aos estatutos do CPA ou qualquer outro acto praticado pelo mesmo;
  - r. Nomear uma comissão para efeitos de realização de uma auditoria anual;
  - s. Designar o local e data da Assembleia Geral seguinte.
12. Para efeitos do estabelecido na alínea j) do nº 9 supra, as propostas terão de cumprir os seguintes requisitos:
- i. Terão de ser submetidas por escrito ao Conselho Executivo com um período de antecedência não inferior a 3 (três) meses da data de realização da Assembleia Geral;
  - ii. Todas as propostas serão avalia-

- das pelo Conselho Executivo para este emitir o seu parecer antes de ser submetida à aprovação em Assembleia Geral;
- iii. O Conselho Executivo deverá submeter as suas conclusões e recomendações num prazo máximo de 1 (um) mês a contar da data da sua recepção.

## Artigo 17º :

### Conselho Executivo

---

1. O Conselho Executivo será constituído pelos seguintes membros eleitos em sede de Assembleia Geral:
  - a. 1 (um) Presidente;
  - b. 2 (dois) Vice-Presidentes;
  - c. 1 (um) Secretário Geral;
  - d. 1 (um) Tesoureiro;
  - e. 4 (quatro) Representantes Regionais;
  - f. 1 (um) Representante de Atletas.
2. Os titulares dos cargos do Conselho deverão exercer os seus cargos por períodos de 4 (quatro) anos, sendo permitida reeleição dos titulares dos cargos por iguais períodos.
3. O Conselho Executivo deverá reunir pelo menos 2 (duas) vezes por ano.
4. Para efeitos do disposto no nº 3 supra, a notificação para a reunião terá de ser realizada, pelo Secretário Geral, com um período de antecedência não inferior a 2 (duas) semanas da data da sua realização.
5. A ordem de trabalhos da reunião,

que é decidida pelo Secretário Geral com a consulta do Presidente ou de um Vice-Presidente, deve ser enviada a todos os membros com um período de antecedência não inferior a 2 (duas) semanas da data da reunião.

6. Se um membro do Conselho Executivo estiver ausente sem justificação de duas reuniões consecutivas é imediatamente e automaticamente destituído do seu cargo sem ser substituído até que seja realizada nova Assembleia Geral.
7. Os membros do Conselho Executivo poderão livremente auto nomear-se para reeleição, contudo, os candidatos que nunca tenham ocupado um lugar no Conselho Executivo terão de ser nomeados pelas suas respetivas federações.
8. O Conselho Executivo tem as seguintes competências:
  - a. Dar início a estudos e aplicar a política geral acordada em sede de Assembleia Geral;
  - b. Estudar e fazer recomendações em tudo o que seja proposto à Assembleia Geral, à excepção de deliberações urgentes;
  - c. Estabelecer e regulamentar os seus procedimentos próprios;
  - d. Determinar e notificar todos os Membros do CPA da Ordem d Trabalhos da Assembleia Geral com uma antecedência mínima de 2 (dois) meses a contar da data de realização da Assembleia Ger al;
  - e. Submeter relatórios uma vez por

- ano à Assembleia Geral, tendo em consideração as resoluções e deliberações da Assembleia Geral;
- f. Estabelecer os procedimentos necessários para a aprovação de eventos desportivos internacionais para pessoas portadoras de deficiência no território do continente africano;
  - g. Aprovar o calendário de eventos desportivos a serem realizados para serem submetidos a aprovação em sede de Assembleia Geral;
  - h. Preparar o orçamento para ser submetido a Assembleia Geral;
  - i. Desenvolver esforços para resolver litígios entre Membros;
  - j. Fiscalizar os eventos desportivos aprovados pelo CPA de forma a assegurar o cumprimento das regras e contratos;
  - k. Conduzir os assuntos do CPA nos períodos entre Assembleias Gerais, incluindo a ocupação dos cargos que entretanto possam ter ficado vagos;
  - l. Ser responsável pelo estabelecimento de relações com todas e quaisquer entidades que sejam necessárias para a prossecução dos objectivos a que o CPA se propõe;
  - m. Eleger Membros para representar o CPA no CPI, bem como, em todas as organizações desportivas para atletas portadores de deficiência;
  - n. Estabelecer os procedimentos para recrutamento do staff ao serviço do CPA, a sua contratação e o seu despedimento;
9. O Presidente terá as seguintes competências específicas:
- a. Dirigir as reuniões em Assembleia
  - b. Geral e do Conselho Executivo, bem como, quaisquer outras reuniões do CPA;
  - c. Representante do CPA em qualquer organização internacional; Designar um banco em Angola para abertura de conta titulada pelo CPA e realizar pagamentos conjuntamente com Tesoureiro.
10. O Secretário Geral terá as seguintes competências específicas:
- a. Ser o órgão executivo superior do CPA;
  - b. Responsável pela fiscalização, supervisão e gestão do secretariado;
  - c. Garantir a distribuição e manutenção das actas e arquivos do CPA;
  - d. Fiscalizar todas as funções administrativas do CPA;
  - e. O Secretário Geral deverá também desempenhar todas as funções que lhe forem delegadas pelo Presidente ou pelo Conselho Executivo;
  - f. O Secretário Geral terá a obrigação de manter as respectivas actas e arquivos relativos às decisões e deliberações de todos

- os órgãos que compõem o CPA ou venham a compor o CPA;
- g. Facilitar e auxiliar comunicações e/ou relações internas e externas.
11. O Tesoureiro terá as seguintes competências específicas:
- a. Elaborar o orçamento para ser aprovado;
  - b. Assegurar um plano financeiro-competente para cumprimento dos objectivos a que o CPA se propõe atingir;
  - c. Assegurar a elaboração e disponibilização dos relatórios financeiros para análise pelo Conselho Executivo;
  - d. Gerir a área financeira do CPA incluindo os fundos destinados a acções de solidariedade;
12. Os Vice-Presidentes terão as competências que lhes forem delegadas pelo Presidente.
13. Os Presidentes Regionais terão a função de representar o CPA nos países para os quais forem designados por deliberação do Conselho Executivo.
- 14.
- 15.
- 16.

## CAPÍTULO IV

### Gestão Patrimonial e Financeira

#### **Artigo 18º :**

##### **Património**

O património do CPA é constituído pela universalidade dos seus bens e direitos conferidos por lei, convenção ou pelos seus estatutos.

#### **Artigo 19º :**

##### **Receitas**

As receitas do CPA consistem entre outras nas seguintes:

- a. As receitas que tenham a sua origem na lei;
- b. As percentagens dos rendimentos provenientes das competições organizadas pelo CPA;

- c. Os montantes resultantes das multas, sanções e penalidades aplicadas nos termos da lei, dos estatutos, dos regulamentos ou de quaisquer outros instrumentos legais;
- d. Os montantes cobrados pelo CPA em resultado de utilização da sua licença, emissão de quaisquer documentos, venda de merchandising e produtos ou quaisquer montantes provenientes ou resultantes de campanhas publicitárias;
- e. Quaisquer donativos;
- f. Juros de valores que tenha depositado;
- g. Os montantes resultantes de qualquer alienação;

- h. Receitas provenientes do pagamento de quotas anuais pelos membros do CPA nos termos estabelecidos no artigo 11º dos presentes estatutos.

## CAPÍTULO V

### Regulamentos

#### **Artigo 20º :**

##### Legislação Aplicável

O CPA rege-se, entre outros, pelos seguintes regulamentos e legislação:

- a. Legislação angolana relativa às associações desportivas e sociedades comerciais, bem como qualquer outra legislação aplicável;
- b. Regulamentos e directivas emitidos pelo

**CPI**

#### **Artigo 21º :**

##### Resolução de Litígios

1. Qualquer litígio, controvérsia ou reclamação emergente ou relacionada com o presente Acordo, incluindo mas sem a isso se limitar, qualquer litígio sobre a interpretação, validade, execução ou incumprimento do mesmo, ou sobre qualquer disposição legal, deverá ser resolvido por comum acordo.
2. À arbitragem aplicam-se as Regras de Arbitragem da UNCITRAL em vigor na data da celebração do pre-

sente Acordo, salvo na medida em que tenham sido modificadas ou complementadas pelo disposto na presente Cláusula.

3. O tribunal arbitral será composto por 3 (três) membros, um nomeado pela(s) Requerente(s), outro pela(s) Requerida(s) e o terceiro, que desempenhará as funções de árbitro-presidente, escolhido de comum acordo pelos árbitros que a(s) Requerente(s) e a(s) Requerida(s) tiverem nomeado. O

Tribunal considera-se constituído na data em que o terceiro árbitro aceitar a nomeação e comunicar às Partes, por escrito, a sua aceitação. Se os árbitros nomeados pela Requerente ou Requerida não chegarem a acordo quanto à escolha do árbitro presidente, e/ou se a Requerente ou Requerida se recusar a nomear o árbitro da sua escolha, no prazo de 60 (sessenta) dias, a Câmara de Comércio Internacional (CCI) de Paris nomeará um árbitro independente para exercer as funções de árbitro presidente, ou para a referida Requerente ou Requerida, conforme o caso concreto.

4. O tribunal arbitral terá a sua sede em Luanda, Angola. A instância arbitral será conduzida em língua portuguesa.
5. O tribunal arbitral julgará de acordo com a lei angolana e, subsidiariamente, os princípios aplicáveis do direito internacional.
6. As decisões, ordens e despachos do tribunal arbitral são finais e vinculativos, e deles não cabe recurso.
7. A decisão arbitral estabelecerá ainda a forma como cada uma das partes deve suportar os custos da arbitragem e em que proporção.

## CAPÍTULO VI

---

### Disposições Finais

#### Artigo 22º :

##### Extinção e Dissolução

1. Sem prejuízo das causas de extinção estabelecidas na lei, o CPA apenas poderá ser extinto ou dissolvido com a ocorrência de eventos que tornem manifesta e objectivamente impossível a prossecução dos fins e objectivos a que o CPA se propõe atingir.
2. A extinção do CPA será deliberada em sede de Assembleia Geral extraordinária convocada especialmente e exclusivamente para o efeito.
3. A extinção do CPA só será validamente decretada pela votação favorável de 3/4 (três quartos).

# CONSTITUTION

**African Paralympic Committee**

# PREAMBLE

The African Paralympic Committee is the entity that unifies and harmonizes all the sports bodies which seek to support, develop and promote sporting events for athletes with a disability in Africa.

Given the international situation and particularly the reality on the African continent, high efforts need to be made to unify the support, development, and the recognition of sport as well as of the athlete with a disability as a citizen not only in Africa, but also in the international sports community.

Thus, due to this existing need for harmonization of efforts by all the countries of the African continent, the African Paralympic Committee was created.

# BY-LAWS

## CHAPTER I

### Name, Structure and Objectives

#### **Artigo 1:** Name and Nature

1. The presented sports entity adopts the name African Paralympic Committee (hereafter referred to as "CPA").
2. The CPA is a legal entity according to private law and a nonprofit, social and sports association with the status of a legal entity.
3. Notwithstanding the foregoing, the CPA is a nongovernmental entity and independent regarding administration, finance and management.
4. The official languages of the CPA will be:
  - e. Portuguese
  - f. English and
  - g. French.

#### **Artigo 2:** Headquarters

The CPA has its headquarters in Angola, Luanda, Rua Cirilo da Conceição Silva, n.º 13/15. Headquarters can be changed through a simple decision of the Executive Committee without the need to change the constitution.

#### **Artigo 3:** Scheme

The CPA is governed by these by-laws as well as by the regulations and provisions of inter-national bodies, notably the International Paralympic Committee, and other legal entities in the sports area in which it is affiliated.

#### **Artigo 4:** Fundamental Principles

1. CPA is a sports organization that protects and promotes sport for people with a disability in Africa in conjunction with other sports bodies and national/international organizations pursuing the same aims and objectives.
2. CPA is independent from political parties, institutions and religious organizations.

#### **Artigo 5:** Purposes and Powers

For the purposes of coordination, promotion, and development of sport for people with a disability, CPA intends to:

- a. Ensure and actively promote the participation of members of the CPA, in particular, intercede and help their respective national Paralympic committees.
- b. Perform all acts necessary or convenient for the development and implementation of an annual schedule of regular sporting events for athletes with a disability.
- c. Ensure and implement a consistent network of relationships between the entities responsible for sports development and promotion of sport for people with a disability within the African continent.
- d. Ensure the integration of athletes with a disability in the world of high-performance sport.
- e. Ensure the establishment and/or upgrade the infrastructure for the development and supporting the athletes with a disability within the African continent.
- f. Develop their activities in accordance with the principles and directives issued by the International Paralympic Committee (IPC).
- g. Promote and / or develop the means and methodologies needed to implement the training of technicians, doctors and managers qualified to support in the area of high-performance sport for people with a disability.
- h. Assist in the creation of new sports bodies for the development of sport for people with disabilities.
- i. Contribute to the modernization of the infrastructure and methods used by its members as well as by all institutions and/or entities acting in the area of sport for people with a disability.
- j. Promote, coordinate and collaborate at events and/or sporting activities for athletes with a disability for entities and educational institutions.
- k. Contribute to the union and the social recognition of people with a disability in the African territory.
- l. Contribute to the smooth and proper implementation, development and drafting legislation and regulations for the protection and social recognition of people with a disability.

## **Artigo 6:** **Symbols**

---

CPA has an emblem as a symbol which was approved as of the determination of the General Assembly under the terms and conditions set forth in these by-laws

# CHAPTER I

## The membership

### **Artigo 7:** Classification

CPA will have two types of members, namely:

- a. Effective Members, and
- b. Associated Members..

### **Artigo 8:** Effective Members

All African countries that are members of the IPC are members of the CPA in order to adhere to the CPA terms, conditions and membership criteria which are applicable to the IPC..

### **Artigo 9:** Associated Members

1. Associated members are all those having the following characteristics:
  - a. Being from an African country;
  - b. Not fulfilling the criteria for membership defined in Article 8 mentioned above, and
  - c. Containing in its territory any national sports organization recognized by the government of its country.
2. Without prejudice to paragraph 1 mentioned above, all countries which have already submitted their application form and have been approved by the Executive Committee shall be considered as associate members

even if the membership is still not approved by the General Assembly.

3. Associated Members will not be granted the rights that are accorded to members under these by-laws, with the exception having the right to enter their athletes at the events and/or sports activities organized by the CPA and the obligations laid down in Article 10 with the mutandis.

### **Artigo 10:** Rights of effective Members

Effective Members have the following rights resulting from their membership to the CPA:

- a. To register their athletes for all competitions organized and coordinated by the CPA;
- b. To vote during the General Assembly established by the CPA where they are present.:
- c. To appoint representatives to the Executive Committee of the CPA, as well as for other organs;
- d. To participate in any activity organized and/or promoted by the CPA;
- e. To propose amendments to the by-laws and regulations issued of the CPA;
- f. To have evidence of their membership of the CPA;
- g. To review any documentation concerning the activities or social life of the CPA;

- h. To propose the convening of an Extraordinary General Meeting if appropriate.

## **Artigo 11:** **Member Obligations**

---

1. All Effective Members of the CPA will have the following obligations:
  - a. To respect the resolutions and decisions adopted by the organs of the CPA;
  - b. To abide by the decisions, by-laws and regulations of the CPA;
  - c. To keep their by-laws and regulations up to date and conform with the directives and regulations of the CPA and IPC;
  - d. To inform about their by-laws and regulations, as well as about any changes that are made;
  - e. To ensure the settling of all payments owed to the membership of the CPA by the deadlines set;
  - f. To submit programs to the CPA previously established and within a reasonable time as well as activities relating to the annual calendars and/or events to be undertaken and promoted.
2. All CPA members are obliged to pay an annual membership fee.
3. For purposes of paragraph 2 mentioned above, the payment of annual fees must be done within the first 90 (ninety) days of the year to which they relate.
4. Without prejudice to paragraph 2 and paragraph 3 mentioned above, the amount and term for payment of an-

nual fees for members and associated members will be set and approved by the General Assembly based on the constitution.

## **Artigo 12:** **Admission of Members**

---

The admission to the CPA requires the following:

- a. Preparation and submission of application to the CPA Executive Committee, which meets the requirements and seeks to further the objectives that the CPA is proposing;
- b. Approval of the application by the Executive Committee, and;
- c. Submission of the proposal, approved by the Executive Committee for approval of the General Assembly.

## **Artigo 13:** **Suspension of Members**

---

1. The suspension and execution of the suspension of members of the CPA and the waiver of it is determined by the Executive Committee.
2. Members of the CPA could be suspended in of the following cases:
  - a. Deliberately disregarding the provisions of these by-laws, regulations and directives of the CPA;
  - b. The non-payment of annual membership fees as established in Article 11 mentioned above.
3. Members who are suspended under the terms established in paragraph 1 and paragraph 2 mentioned above

shall not exercise any of their rights referred to in Article 10 of these by-laws.

4. If the suspension of a member occurs at the time of a General Assembly, the Executive Committee is required to submit the terms and conditions of the suspension for consideration. The suspension can be lifted by that same resolution at the General Assembly.
5. The suspension of membership shall be effective until its withdrawal and upon withdrawal, no retroactive effects shall be incurred.

## **Artigo 14:**

### **Termination**

---

1. The termination of membership must be proposed by the Executive Committee and needs to be approved by the General Assembly.
2. Without prejudice to paragraph 3 mentioned above, the Executive Committee can also propose the termination of a member if it has already been suspended for a period not less than 2 (two) years.

## **CHAPTER III**

### **Organization**

---

## **Artigo 15:**

### **Organizational bodies**

---

The CPA is composed of the following bodies:

- a. General Assembly;
- b. Executive Committee

President; Vice-Presidents; Secretary General; Treasurer, Regional Representatives; Athletes' Representative

## **Artigo 16:**

### **General Assembly**

---

1. It is compulsory to hold a General Assembly of the CPA every two years
2. The date and place for holding the next General Assembly will be decided and announced at the General Assembly which precedes it.

3. If for any reason the General Assembly cannot be held in the place and date established pursuant to paragraph 2 mentioned above, the Executive Committee shall have the right to designate the place and date for the General Assembly.
4. The meeting of the General Assembly is only valid with the presence of 1/3 (one third) of its members;
5. The General Assembly deliberates and approves its deliberations with validity by a simple majority of votes of present Effective members;
6. Without prejudice to Article 5 mentioned above a majority of 2/3 (two thirds) of votes of its members shall be required to approve the following resolutions:

- a. Member termination, and
  - b. Amendments to the by-laws of the CPA.
7. Without prejudice to paragraph 1 mentioned above, the Executive Committee and members of the CPA will have the right to convene an extraordinary General Assembly upon notice to all members with a period of notice not less than [60] days.
  8. Pursuant to article 5 mentioned above an extraordinary General Meeting can only be convened if at least 50% (fifty percent) of the effective members of the CPA support the intention to organize the meeting.
  9. For the deliberation at an Extraordinary General Meeting to be valid, there must be a vote of at least 2/3 (two thirds) of the Effective Members present at the meeting.
  10. Each Effective member has one vote at the meeting of the General Assembly.
  11. The competencies of the General Assembly:
    - a. Act as the highest decision-making and representative organ of the CPA;
    - b. Outline and determine the policy and principle guidelines for the promotion and development of sport activities for athletes with a disability;
    - c. Discuss and approve the report presented by the President of the CPA;
    - d. Discuss and approve the report presented by the Treasurer;
    - e. Consider and approve the report presented by the Secretary General;
    - f. Consider and approve the budget submitted by the Treasurer of the CPA;
  - g. Approve the audit report for the financial statements made in the two years preceding the General Assembly;
  - h. Appoint honorary members who are great personalities who have had and continue to have great impact on the recognition of athletes with a disability and who can cooperate with the CPA in pursuit of the goals it sets itself;
  - i. Approval of membership in the CPA, as well as suspensions and terminations;
  - j. Consider and approve any proposals submitted by the Members.
  - k. Approve the applications for CPA-members of the Executive Committee;
  - l. Prepare a two-year plan with regard to the planning of activities, events and projects;
  - m. Review the schedule of activities, events and projects submitted by the Executive Committee;
  - n. Consider and approve the annual membership fee for the Members;
  - o. Approve and / or decide on the location of the registered office of the CPA;
  - p. Stipulate the terms and procedures of various positions in the CPA for the purpose of the holders;
  - q. Solving problems or gaps with respect to the by-laws of the CPA or any other act of the same;
  - r. Appoint a committee for the pur-

- pose of conducting an annual audit;
- s. Designate the place and date of the next General Assembly.
12. For the purposes set out in paragraph j) of paragraph 9 above, proposals must meet the following requirements:
- i. They must be submitted in writing to the Executive Committee with a notice period of not less than 1 (one) month before the date of the General Assembly;
  - ii. All proposals will be evaluated by the Executive Committee to issue its opinion before being submitted for approval by the General Assembly;
  - iii. The Executive Committee shall submit its findings and recommendations no later than 1 (one) month from the date of receipt.

## **Artigo 17:**

### **Executive Committee**

---

1. The Executive Committee shall consist of the following members elected by the General Assembly:
  - a. 1 (one) President;
  - b. 2 (two) Vice-Presidents
  - c. 1 (one) Secretary General;
  - d. 1 (one) Treasurer.
  - e. 4 (four) Regional Representatives;
  - f. 1 (one) Athletes' Representative.
2. The Committee members shall exercise their positions for a period of 4 (four) years and re-election for the same position and period is allowed.
3. The Executive Committee shall meet at least 2 (two) times per year.
4. For the purposes of paragraph 3 mentioned above, the notice for the meeting date must be given by the Secretary General with a notice period of not less than 2 (two) weeks from the intended meeting date.
5. The agenda of the meeting, which is determined by the Secretary General in consultation with the President or a Vice- President, shall be sent to all members with a notice period of not less than 2 (two) weeks before the date of the meeting.
6. If an Executive Committee member is absent from two consecutive meetings without justification he/ she is automatically and immediately removed from his/her office without being replaced until the next General Assembly is held.
7. The members of Executive Committee have the right to propose themselves for re-election. Candidates that never served as Executive Committee members are nominated by their respective federations.
8. The Executive Committee has the following responsibilities:
  - a. To initiate studies and apply the general policy agreed at the meeting of the General Assembly;
  - b. To study and make recommendations on anything that is proposed by the General Assembly, with the exception of urgent resolutions;
  - c. To establish and regulate its own procedures;
  - d. To determine and notify all Members of the CPA on the agenda of Estatutos / By-laws / Status:

- the General Assembly with a minimum period of 2 (two) months before the date of the General Assembly;
- e. To submit reports once a year to the General Assembly, taking into account the deliberations and resolutions of the General Assembly;
  - f. To establish procedures for the approval of international sports events for people with a disability within the African continent;
  - g. To approve the calendar of the sports events to be held and to submit them to the General Assembly for approval;
  - h. To prepare the budget to be submitted to the General Assembly;
  - i. To make efforts to resolve disputes between members;
  - j. To supervise sport events approved by the CPA to ensure compliance with the rules and contracts;
  - k. To conduct the affairs of the CPA in the periods between General Assemblies, including the temporary occupation of the positions that meanwhile may have become vacant;
  - l. To be responsible for establishing relations with any and all entities that are necessary to further the objectives proposed by the CPA;
  - m. To elect Members to represent the CPA in the IPC, as well as in all sports organizations for persons with a disability;
  - n. To establish procedures for staff
- recruitment of the CPA as well as their contracting and their dismissal;
- 9. The President shall have the following specific responsibilities:
    - a. Conducting meetings in the General Assembly and Executive Committee, as well as any other meetings of the CPA;
    - b. Represent the CPA before any international organization;
    - c. Designate a bank in Angola and open a bank account for the CPA. Payments are done in conjunction with the Treasurer.  - 10. The Secretary General shall have the following specific responsibilities:
    - a. Highest executing authority of the CPA
    - b. Responsible for the oversight, supervision and management of the Secretariat;
    - c. Ensure the distribution and maintenance of records and archives of the CPA;
    - d. Supervise all administrative functions of the CPA;
    - e. Execute all activities delegated by the President or the Executive Committee;
    - f. Maintain all records and files relating to the decisions and deliberations of all bodies that make up the CPA or the CPA will compose;
    - g. Facilitate and assist communications and/or internal and external relations.  - 11. The Treasurer shall have the following specific responsibilities

- a. To prepare the budget to be approved;
  - b. To ensure an appropriate financial plan to guarantee the realization of the objectives that the CPA intends to achieve;
  - c. To ensure the development and availability of financial reports for review by the Executive Committee;
  - d. To manage the financial area of the CPA including the funds for solidarity actions;
  - e. Appoint a bank in Angola to open an account held by the CPA and make payments with the President;
12. The Vice Presidents shall have the powers delegated by the President.
13. The Regions representatives will have the function of representing the CPA in the countries to which they are appointed by resolution of the Executive Committee.

## CHAPTER IV

---

### Asset Management and Finance

#### Artigo 18:

##### Assets

The assets of the CPA consist of the universality of its property and rights conferred by law, convention or by its statutes.

#### Artigo 19:

##### Revenues

Revenues of the CPA consist of the following:

- a. The revenues which have their origin in the law;
- b. The shares of income from competitions organized by the CPA;
- c. The amounts resulting from fines, sanctions and penalties imposed

under the law, by-laws, regulations or other legal instruments;

- d. The amounts charged by the CPA as a result of use of its license, issuing any documents, sale of goods or merchandise change the constitution and any amounts arising or resulting from advertising campaigns;
- e. Any donations;
- f. Interest on securities it has deposited;
- g. The amounts resulting from any alienation;
- h. Receipts from payment of annual membership fee of the CPA as established in Article 11 of these by-laws.

# CHAPTER V

## Regulations

### **Artigo 20:** Applicable Law

The CPA is governed, among others, by the following regulations and legislation:

- a. Angolan legislation related to sports associations and commercial companies, and any other applicable law;
- b. Regulations and directives issued by the

**IPC**

### **Artigo 21:** Dispute Resolution

1. Any dispute, controversy or claim arising out of or relating to this Agreement, including but not limited to this, any dispute concerning the interpretation, validity, performance or breach thereof, or of any statutory provision, shall be resolved by mutual agreement. If mutual agreement cannot be reached, then the dispute shall be resolved by arbitration.
2. In the arbitration shall apply the UNCITRAL Arbitration Rules in force on the date of signing this Agreement, except to the extent they have been modified or supplemented by provisions of this Clause.
3. The arbitration court will consist of three (3) members, one appointed by the Plaintiff, another appointed by the defendant and the third, who shall act as presiding arbitrator, chosen jointly by the arbitrators appointed by the plaintiff and the defendant. The Court is constituted on the date on which the third arbitrator accepts the appointment and informs the Parties in writing of its acceptance. If the arbitrators appointed by the plaintiff or defendant cannot agree on the choice of the presiding arbitrator, and / or whether the plaintiff or defendant to refuse to appoint the arbitrator of their choice, within 60 (sixty) days, Chamber of Commerce (ICC) in Angola will appoint an independent arbitrator to act as the presiding arbitrator, or such Claimant or Defendant, as the case.
4. The arbitral court shall have its headquarters in Luanda, Angola. The arbitration proceedings shall be conducted in Portuguese.
5. The court judge in accordance with Angolan law and, alternatively, the relevant principles of international law.
6. The decisions, orders and orders of the court are final and binding, and they cannot be appealed.
7. The award will also establish how each party should bear the costs of arbitration and in what proportion.

## CHAPTER VI

---

### Final Provisions

#### **Artigo 22:**

#### **Termination and Dissolution**

---

1. 1. Notwithstanding the causes of extinction established by law, the CPA can only be terminated or dissolved with the occurrence of events that become manifest and objectively impossible to achieve the purposes and objectives that the CPA's intended to achieve.
2. The termination of the CPA will be decided in an Extraordinary General Meeting convened specially and exclusively for that purpose.
3. The termination of the CPA will only be validly enacted by the affirmative vote of 3 / 4 (three quarters) of the members.

# CONSTITUTION

**Comité Paralympique Africain**

# PRÉAMBULE

Le Comité Paralympique Africain est l'entité qui a pour finalité l'unification et l'harmonisation de toutes les instances sportives qui soutiennent le développement et la promotion d'événements sportifs pour les athlètes avec des déficiences en Afrique.

Tenant compte de la conjoncture internationale, et des réalités vécues en Afrique en particulier, on exige de plus en plus l'unification des efforts pour soutenir le développement et la reconnaissance sportive et l'intégration sociale des athlètes avec des déficiences non seulement en Afrique, mais aussi dans le monde entier.

Ainsi, il existe un besoin pour l'harmonisation des efforts de tous les pays africains raison pour laquelle on a créé le Comité Paralympique Africain

# STATUTS

## CHAPITRE I

### Dénomination, structure et objectifs

#### **Artigo 1:**

##### Dénomination et Nature

1. Cette entité sportive adopte la dénomination du COMITÈ PARALYMPIQUE AFRICAIN (désigné par « CPA »).
2. Le CPA est une organisation de la société civile de nature associative dotée de la personnalité juridique et de caractère social et sportif.
3. En dépit de ce qui a été dit précédemment, le CPA est une entité non gouvernementale, dotée d'autonomie administrative, financière et patrimoniale.
4. Les langues officielles du CPA sont les suivantes :
  - a. Portugais;
  - b. Anglais, et
  - c. Français.

#### **Artigo 2:**

##### Siège

Le CPA a son siège en République d'Angola, à Luanda Rue Cirilo da Conceição Silva, n.º 13/15, l'adresse peut être changée par simple délibération du Conseil Exécutif, sans nécessairement chang-

er le présent statut.

#### **Artigo 3:**

##### Régime

Le CPA est régi par les présents statuts, les règlements et des dispositions des organismes internationaux gi, entre autres, le Comité Paralympique International, et d'autres entités légales oeuvrant dans le domaine du sport dont il est affilié.

#### **Artigo 4:**

##### Principes Fondamentaux

1. Le CPA est l'organisation sportive qui gère et promet le sport des personnes avec des déficiences dans le continent africain en collaboration avec les autres entités nationales / internationales qui ont les mêmes buts et objectifs.

Le CPA est indépendant des parties Politiques, des institutions publiques ou des organisations religieuses.

## **Artigo 5:**

### **Buts et Compétences**

---

Dans le but de la coordination, de la promotion et du développement du sport pour les personnes avec des déficiences, le CPA propose de:

- a. Assurer et promouvoir activement la participation de ses membres, en aidant les Comités Nationaux Paralympiques Africains.
- b. Faire le nécessaire Pratiquer tous les actes nécessaires pour développer et mettre en oeuvre d'un calendrier annuel régulier des événements sportifs pour les athlètes avec des déficiences.
- c. Assurer et mettre en oeuvre un réseau des relations cohérentes entre les entités sportives responsables pour le développement et la promotion du sport, pour les personnes avec des déficiences en Afrique.
- d. Veiller à l'intégration des athlètes avec des déficiences dans l'univers du sport de haut niveau.
- e. Veiller à la création et / ou aux améliorations des infrastructures pour le développement et du suivi des athlètes avec des déficiences en Afrique.
- f. Développer son activité en conformité avec les principes et les directives émis par le Comité Paralympique International (CPI).
- g. Promouvoir /développer les moyens et la mise en oeuvre des méthodologies nécessaires pour la formation des officiels sportifs, des médecins et administrateurs qualifiés pour

Estatutos / By-laws / Status:

Comité Paralímpico Africano / African Paralympic Committee / Comité Paralympique Africain

le soutien du sport de haut niveau pour les personnes avec des déficiences.

- h. Aider à la création de nouvelles entités sportives visant le développement de l'activité sportive pour les personnes avec des déficiences.
- i. Contribuer à la modernisation des infrastructures et des méthodes utilisées par ses membres ainsi que pour toutes les institutions /entités qui agissent dans le domaine du sport pour les personnes avec des déficiences.
- j. Promouvoir, coordonner et collaborer lors des événements/activités sportives pour les athlètes avec des déficiences en collaboration avec les entités et institutions de l'éducation.
- k. Contribuer à l'union et à la reconnaissance sociale des personnes avec des personnes avec des déficiences en Afrique.
- l. Contribuer à la mise en oeuvre, le développement et la rédaction de la législation et réglementations relatives à la protection et la reconnaissance sociale des personnes avec des déficiences.

## **Artigo 6:**

### **Symboles**

---

Le CPA a un emblème comme symbole qui a été approuvé par l'Assemblée Générale en application aux conditions prévues par les présents statuts

## CHAPITRE II

### Les membres

#### **Artigo 7:**

##### **Classification (Les membres)**

Le CPA aura deux types de membres à savoir:

- a. Membres Effectifs; et
- b. Membres Associés

#### **Artigo 8:**

##### **Membres Effectifs**

Tous les pays africains qui sont membres du CPI sont membres du CPA en conformité aux conditions et aux critères d'adhésion applicables au CPI

#### **Artigo 9:**

##### **Membres Associés**

1. Sont membres associés ceux ayant les caractéristiques suivantes
  - a. Les pays africains ;
  - b. N'être pas en mesure de remplir au critère adhésion établi à l'article 8 ci-dessus; et
  - c. Etant une seule entité sportive sur le territoire national et reconnu par le Gouvernement de leurs pays.
2. Sans préjudice au paragraphe n° 1 ci dessus, seront considérés comme membres associés tous les pays qui ont déjà présenté une proposition de l'adhésion et qui a déjà approu-

vée par le Conseil Exécutif en attendant d'être approuvée par l'Assemblée Générale.

3. Les membres associés ne seront pas accordés les mêmes droits que les membres effectifs d'après ces statuts comme stipulé dans l'article 10 cidessous, cependant, ils peuvent participer aux événements et aux activités sportives organisées par le CPA.

#### **Artigo 10:**

##### **Droits des Membres effectifs**

Les membres effectifs («Membres») auront les droits découlant de leur adhésion au CPA:

- a. Incrire leurs athlètes dans toutes les compétitions organisées et coordonnées par le CPA ;
- b. Voter pendant l'Assemblée Générale du CPA où ils sont présents;
- c. Nommer des représentants au Conseil Exécutif du CPA et à n'importe quel autre organe;
- d. Participer à des activités organisées ou coordonnées par le CPA;
- e. Proposer des amendements aux présents statuts et aux règlements émanant du CPA;
- f. Présenter des preuves de son adhésion au CPA;
- g. Examiner les documents relatifs aux activités ou à la vie sociale du CPA;

- h. Lorsque cela s'avère nécessaire, proposer la convocation d'une Assemblée Générale extraordinaire.

## **Artigo 11:**

### Obligations des Membres

---

1. Les Membres Effectifs du CPA auront les obligations suivantes:
  - a. Respecter des résolutions et des décisions adoptées par des organes du CPA;
  - b. Se conformer aux décisions et règlements statutaires du CPA;
  - c. Garder la version finale de ces statuts et règlement en se conformant aux directives et règlements du CPA et du CPI.
  - d. Donner l'informier de leurs statuts et règlements ainsi que toutes les modifications
  - e. S'acquitter de toutes les dettes de cotisation comme membre à temps. Auprès du CPA;
  - f. Présenter au CPA dans un délai raisonnable et bien établi les programmes et les calendriers annuels relatifs aux activités ou événements à être réalisés.
2. Tous les membres du CPA seront obligés de payer des cotisations annuelles.
2. En se référant sur le point précédent, les cotisations annuelles seront payées dans les 90 jours de l'année en cours.
2. Sans faire préjudice au point g) ci-dessus, le montant et le délai de paiement des cotisations annuelles seront fixés et approuvés par l'Assemblée Générale en se conformant au présent statut.

## **Artigo 12:**

### Admission des Membres

---

L'admission au CPA exige la procédure suivante:

- c. Préparation et soumission d'une proposition, au Comité Exécutif, qui répond aux objectifs et la poursuite des objectifs que le CPA s'est fixé;
- d. Approbation de la proposition par le Comité Exécutif, et
- e. Soumettre la proposition approuvée par le Comité Exécutif pour être approuvée par l'Assemblée Générale.

## **Artigo 13:**

### Suspension des Membres

---

1. La suspension des Membres du CPA, tout comme la levée de la suspension, est déterminée par le Comité Exécutif.
2. Les membres du CPA pourront être suspendus dans les cas suivants:
  - c. Le non-respect délibéré aux dispositions de présents statuts, règlements et directives émis par le CPA;
  - d. Le non-paiement des cotisations annuelles comme établis à l'article 11 ci-dessus.
3. Les membres suspendus, aux dispositions établies au point a) et 2 susmentionnés, ne pourront exercer aucun de leurs droit énoncés à

l'article 10 de ces statuts.

4. Si la suspension d'un membre intervient lors de l' Assemblée Générale, le Comité Exécutif va obligatoirement se soumettre aux termes et aux conditions de cette suspension et la levée de cette suspension émanera aussi de la même Assemblée Générale.
5. La suspension de n'importe quel membre prendra ses effets jusqu' à sa levée étant donné que cette levée n'aura en aucun cas d'effets rétroactifs.

## **Artigo 14:**

### **Expulsion**

1. L'expulsion d'un membre sera toujours proposée par le Comité Exécutif et sera approuvée par l'Assemblée générale.
2. Sans préjudice au point 1 ci-dessus, le Conseil d'administration ne peut que proposer l'expulsion d'un membre si celui-ci se trouve déjà suspendu pour une période non inférieure à moins de 2 (deux) ans

## **CHAPITRE II**

### **Organisation et Fonctionnement**

## **Artigo 15:**

### **Les Organes Sociaux**

Le CPA est constitué de organes sociaux suivants:

- a. l'Assemblée Générale;
  - b. Le Comité Exécutif;
- Président; Vice-Présidentes; Secrétaire Général; Trésorier; Représentantes Régionaux; Représentant des athlètes:

## **Artigo 16:**

### **Assemblée générale**

1. La tenue d'une Assemblée générale du CPA sera obligatoirement tous les 2 ans.
2. La date et le lieu de la réunion pour la réalisation de la prochaine seront décidés et annoncés à l'Assemblée Générale qui la précéde.

3. Si, pour une raison quelconque, l'Assemblée générale ne peut se tenir à l'endroit et à la date établis conformément à l'article 2 ci-dessus, le Comité Exécutif désignera le lieu et la date de l'Assemblée générale.

4. L'Assemblée générale ne peut être réunie valablement qu'en présence de 1/3 (un tiers) de ses Membres Effectifs ;
5. L'Assemblée Générale délibère et approuve valablement ses délibérations par la majorité simple des votes exprimés en faveur des membres Effectifs présents ;
6. Sans préjudice à la disposition 5 ci-dessus, la majorité requise des 2/3 (deux tiers) des voix favorables sera exigée pour ses membres pour l'approbation des délibérations suivantes :

- a. Les expulsions des membres ;
  - b. Amendement des statuts du CPA.
7. Sans préjudice au point 1 ci-dessus, le Comité Exécutif et les Membres Effectifs du CPA aura le droit convoquer l'Assemblée Générale Extraordinaire moyennant la notification à tous les membres avec un préavis qui ne soit pas inférieur (60) jours chaque fois que les circonstances extraordinaire l'exigent.
8. Aux fins de l'article 5 ci-dessus, le droit la convocation d'une Assemblée Extraordinaire ne peut qu'être convoquée par la volonté favorable d'au moins 50% moins (Cinquante pour cent) des Membres Effectifs du CPA.
9. Pour que une décision soit libérée lors de l'Assemblée Générale Extraordinaire, la décision doit être validée par au moins 2/3 (deux tiers) des Membres effectifs du CPA.
10. Chaque membre Effectif à droit à un vote lors de l'Assemblée Générale.
11. Les compétences de l'Assemblée Générale :
- a. Agir en tant que organe supérieur représentant le CPA ;
  - b. Etablir et déterminer la politique et les directives fondamentales pour la promotion et le développement des activités sportives pour les athlètes avec des déficiences ;
  - c. Discuter et approuver le rapport présentait par le Président du CPA ;
  - d. Discuter et approuver le rapport soumis par le Trésorier ; e)
- e. Considérer et approuver le rapport présent par le Secrétaire Général.
- f. Considérer et approuver le budget du CPA présenté par le Trésorier.
- g. Approuver le rapport d'audit relatif aux états financiers réalisés dans les deux années qui ont précédé l'Assemblée Générale.
- h. Nommer des membres honoraires qui sont de personnalités qui ont eu une grande réputation et continuent d'avoir un grand impact auprès des athlètes vivant avec des déficiences et qui coopèrent avec le CPA dans la poursuite des finalités auxquelles il s'est fixé
- i. Approbation de l'adhésion de Membres Effectifs du CPA, ainsi que leur suspension et leur expulsion.
- j. Examiner et approuver n'importe quelle proposition présentée par les Membres effectifs .
- k. Approuver les candidatures des membres du CPA au Comité Exécutif ;
- l. Élaborer un plan biannuel dans le cadre de la planification des activités événementielles et des projets ;
- m. Examiner le calendrier des activités, des événements et des projets présentés par le Comité Exécutif.
- n. Examiner et approuver la cotisation annuelle à être payée par les Membres.

- o. Approuver ou de décider sur le changement du siège du CPA.
  - p. Fixer les modalités et les procédures à adopter pour les détenteurs de divers postes au sein du CPA.
  - q. Résoudre des problèmes ou des lacunes qui surviennent par rapport aux statuts du CPA ou tout autre acte similaire.
  - r. Nommer un comité dans le but de mener un audit annuel.
  - s. Désigner le lieu et la date de la prochaine Assemblée Générale.
12. Aux fins énoncées à l'alinéa j) du n° 9 cidessus, les propositions devront répondre aux exigences suivantes :
- i. Elles doivent être soumises par écrit au Comité Exécutif avec anticipation d'une période d'au moins un mois (1) mois à compter de la date de la convocation de l'Assemblée Générale ;
  - ii. Toutes les propositions seront évaluées par le Comité Exécutif pour celui-ci émettre son contenu avant qu'elles ne soient soumises à l'approbation de l'Assemblée Générale.
  - iii. Le Comité Exécutif devra soumettre ses conclusions et ses recommandations dans un délai maximum de 1 (un) mois maximum dès la date de sa réception.

## **Artigo 17:**

### **Comité Exécutif**

---

1. Le Conseil exécutif est composé de membres suivants élus au siège de l'Assemblée générale:
  - a. 1 (un) Président;
  - b. 2 (deux) Vice-Présidentes ;
  - c. 1 (un) Secrétaire Général ;
  - d. 1 (un) Trésorier ;
  - e. 4 (quatre) Représentantes Régionales ;
  - f. 1 (un) Représentant des athlètes ;
2. Les membres du Comité Exécutif devront exercer leurs fonctions pour un mandat de 4 (quatre) ans, la réélection est autorisée pour ces positions pour d'autres mandants.
3. Le Comité Exécutif se réunit au moins 2 (deux) fois par an.
4. Pour tous les effets cités au point 3 cidessus, le Secrétaire Général signalera la tenue de la réunion avec anticipation d'une période d'au moins 2 (deux) semaines à: compter de la date de la réunion.
5. L'ordre du jour de la réunion est déterminé par le Secrétaire général en collaboration avec le Président ou un Vice-Président et il devra être envoyé à tous les membres pour avec une période d'au moins (deux) semaines avant la tenue de la réunion.
6. Si un membre du Comité Exécutif est absent sans justification au cours de deux réunions consécutives, il sera immédiatement et automatiquement démis de ses fonctions sans être remplacés

Estatutos / By-laws / Status:

- jusqu'à la tenue d'une nouvelle Assemblée Générale.
7. Les membres du Comité Exécutif pourront librement s'auto-nommer pour une réélection, toutefois, les candidats qui n'ont jamais occupé un siège au Comité Exécutif doivent être nommés par leurs CNPs respectifs fédérations
8. Les responsabilités du Comité Exécutif sont les suivantes:
- a. Entreprendre des études et mettre en oeuvre les décisions de l'Assemblée Générale ;
  - b. Etudier et formuler des recommandations sur tout ce qui a été proposé par l'Assemblée Générale à l'exception des délibérations urgentes;
  - c. Établir et réglementer leurs propres procédures;
  - d. Déterminer et informer tous les membres du CPA l'ordre du jour de l'Assemblée Générale pour au moins une période minimum de deux (2) mois avant la tenue de l'Assemblée Générale ;
  - e. Soumettre des rapports une fois par an à l'Assemblée Générale, en tenant compte des résolutions et délibérations de celle-ci;
  - f. Mettre en place des procédures nécessaires pour l'approbation des événements sportifs internationaux pour les personnes avec des déficiences en Afrique ;
  - g. Approuver le calendrier des événements sportifs prévu et le soumet pour être approuvé par l'Assemblée Générale;
  - h. Préparer le budget qui sera soumis à l'Assemblée Générale;
  - i. i) Fournir des efforts visant à ré-soudre les différends entre Membres;
  - j. Superviser les événements sportifs approuvés par le CPA afin d'assurer le respect des règles et des contrats;
  - k. Assurer les affaires du CPA au cours des périodes entre les Assemblées Générales, y compris l'occupation des postes vacants ;
  - l. Être responsable de la mise en place des relations avec tous et n'importe quelle entité qui est nécessaire de poursuivre les objectifs que le CPA se sont fixés;
  - m. Élire les membres pour représenter le CPA au CPI, ainsi que dans toutes les organisations sportives des personnes avec des déficiences ;
  - n. Établir des procédures pour le recrutement du personnel au service du CPA, leur recrutement et leur licenciement ;
9. Les compétences spécifiques du Président sont les suivantes :
- a. Diriger les réunions de l'Assemblée Générale, du Comité Exécutif, ainsi que d'autres réunions du CPA ;
  - b. Représenter le CPA à n'importe quelle organisation internationale ;
  - c. Désigner une banque en Angola et ouvrir un compte du CPA et effectuer des paiements avec le Trésorier.

10. Le Secrétaire Général aura les compétences spécifiques suivantes :
  - a. Etre l'organe exécutif supérieur du CPA ;
  - b. b) Responsable de la supervision générale et de la gestion du secrétariat
  - c. Assurer la distribution et le maintien des procès-verbaux et archives du CPA;
  - d. Superviser toutes les fonctions administratives du CPA ;
  - e. Le Secrétaire Général devra également assumer toutes les fonctions qui lui sont assignées par le Président ou par le Comité Exécutif;
  - f. Le Secrétaire Général gardera les procèsverbaux et les archives relatifs aux décisions et délibérations de tous les organes qui composent le CPA ou qui le comptaient ;
  - g. Faciliter et appuyer les communications et ou les relations internes et externes.
11. Les compétences spécifiques du Trésorier :
  - a. Préparer un budget pour être approuvé;
  - b. Assurer un plan financier requis en rapport avec les objectifs que le CPA se sont fixés ;
  - c. Assurer le développement et la disponibilité de rapports financiers pour être analysé par le Comité Exécutif;
  - d. Gérer le domaine financier, y compris des fonds du CPA destinés à des actions de solidarité;
  - e. Désigner une banque en Angola pour l'ouverture d'un compte tenu par le CPA et effectuer des paiements avec le président;
12. Les vice-présidents auront des attributions qui leur sont déléguées par le Président.
13. Les présidents régionaux auront la fonction de représenter le CPA auprès des pays pour lesquels ils sont désignés au cours des résolutions du Comité Exécutif.

## CHAPITRE IV

### Gestion Patrimoniale et financière

#### Artigo 18

##### Patrimoine

Le patrimoine du CPA est composé de l'ensemble de ses biens et droits conférés par la loi, une convention ou par ses statuts.

#### Artigo 19

##### Recettes

Les revenus du CPA consistent entre autre de ce qui suit:

- a. Les revenus qui ont leur origine selon la loi ;
- b. Les pourcentages des revenus en provenance des compétitions organisées par le CPA,
- c. Les montants résultant d'amendes, sanctions et les pénal-

ités imposées conformément à la loi, aux statuts, aux règlements ou de tout autre instrument juridique;

- d. Les montants facturés par le CPA issus de l'utilisation de sa licence d'émettre des documents, vente des marchandises et de produits en provenance des résultats de campagnes publicitaires ;
- e. N'importe quel don ;
- f. Intérêts sur les montants qui ont été déposés;
- g. Les montantes résultant de n'importe quelle aliénation ;
- h. Recettes provenant du paiement des cotisation annuelles par les membres du CPA conformément à l'article 11, des présents statuts.

# CHAPITRE V

## règlements

### Artigo 20

#### Droit Applicable

Le CPA est régi notamment par les règlements et la législation suivants :

- a. La législation angolaise sur les associations sportives et commerciales, ainsi que n'importe quelle autre législation applicable
- b. Règlements et directives émis par le

**IPC**

### Artigo 21

#### Résolution des Differends

1. Tout litige, controverse ou réclamation découlant de ou lié au présent accord inclus, mais sans se limiter à celui-ci, tout litige relatif à l'interprétation, validité, exécution ou non-exécution, ou sur n'importe quelle disposition de droit, devra être résolu de commun accord. Si un accord n'est pas atteint, les différends seront transférés à l'arbitrage-
2. À l'arbitrage, Les règles d'arbitrage s'appliquent à ceux de l'UNCITRAL en vigueur à la date de la célébration du présent Accord, à moins que les mesures aient été modifiées ou complétées par les dispositions de la présente Clause.
3. Le tribunal arbitral sera composé de

3 (trois) membres, dont un nommé par le (s) plaignant (s), l'autre (s) accusé (s) et le troisième, agira comme arbitre-président, choisi de commun accord par le plaignant (s) et le (s) accusé (s). Le Tribunal sera constitué le jour où le troisième arbitre accepte la nomination et informe les parties par écrit, son acceptation. Si les arbitres désignés par le plaignant ou l'accusé n'arrivent pas à un accord sur le choix du troisième arbitre président, et / ou si le plaignant ou l'accusé refusent de nommer l'arbitre de leur choix, dans les soixante (60) jours, la Chambre de Commerce International (CCI) de Paris nommera un arbitre indépendant pour exercer ses fonctions d'arbitre président au nom du plaignant et de l'accusé .

4. Le tribunal arbitral aura son siège à Luanda, Angola. La procédure d'arbitrage sera menée en portugais.
5. Le tribunal arbitral jugera selon la loi angolaise ou en se référant les principes du droit international.
6. Les decision, ordres et ordonnances du tribunal arbitral sont définitives pour terminer les differends, et aucun autre appel n'est accepté.
7. La décision arbitrale établie la manière dont chacune des parties doit supporter les coûts d'arbitrage.

## CHAPITRE VI

---

### Dispositions finales

#### Artigo 22

##### Dissolution

1. Malgré ces causes finales, la dissolution du CPA est établie par la loi, cependant le CPA ne peut disparaître ou dissoudre qu'à cause des événements de force majeure susceptibles d'empêcher la continuation de buts et objectifs que le CPA s'était fixé.
2. La dissolution de la CPA sera décidée par l'Assemblée Générale extraordinaire convoquée spécialement et exclusivement à cet effet.
3. La dissolution du CPA ne pourra être décidée valablement que par le vote favorable de 3/4 (trois quarts) des membres effectifs.



